



FÓRUM
POLÍTICAS
PÚBLICAS 2021

ipps_iscte

Melhores Políticas
Públicas

Os fundos europeus e as políticas públicas em Portugal

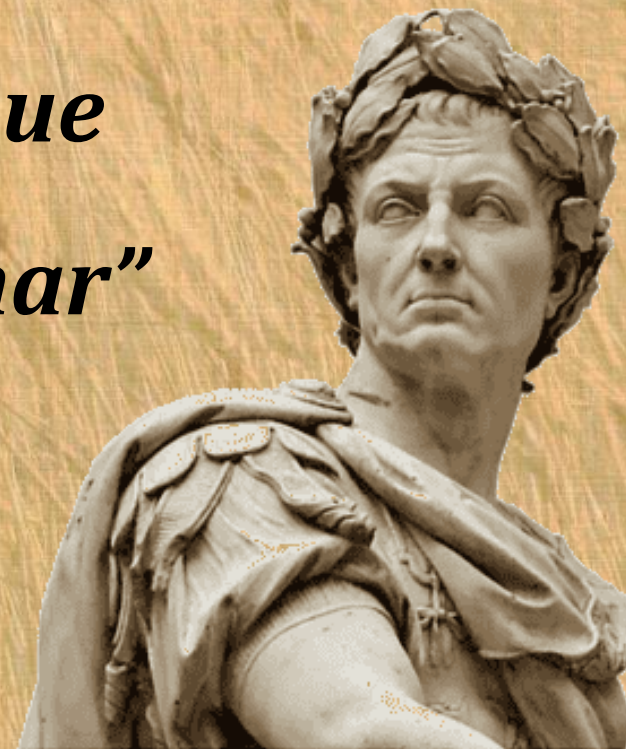
Transparência e Prestação de Contas no PRR

Henrique Duarte

29 de outubro de 2021

***“Há nos confins da Ibéria um povo que
não se governa nem se deixa governar”***

Fatalismo ou uma repetição que
legitima o afastamento da
Governança?



Fatalismo?

Assim não é!”

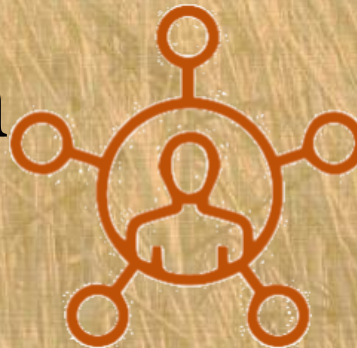
Como é que



o Fatalismo da Ingovernabilidade
se relaciona com a



a Transparência e a



Prestação de Contas



no PRR ?

GRUPO DE REFLEXÃO

Conhecer a Realidade, Avaliar o Risco e Definir Estratégias de Prevenção de Fraude



As reflexões iniciais suscitam desafios:



Informação detalhada dos beneficiários, mas ainda não contem a calendarização, grau de realização, objetivos, detentores, parceiros, fornecedores



Discussão sobre as linhas programáticas do PRR foi objeto de várias iniciativas, mas o mesmo não aconteceu sobre o modelo de governação e Prestação de Contas



Desinteresse de governações anteriores na interoperabilidade dos sistemas de informação, levanta problemas na gestão dos fundos, no rigor da informação, na determinação de responsabilidades face ao duplo financiamento



As reflexões iniciais suscitam desafios:



Falta de compatibilização da informação existente nas entidades que gerem e fiscalizam os fundos dificultará a deteção em tempo útil de possíveis irregularidades e fraudes.



Avaliação anterior dos quadros comunitários não apresenta uma reflexão crítica sobre a eficácia das respetivas estruturas de governação e sobre os processos de Transparência e Prestação de Contas

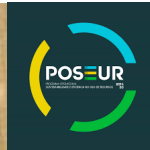


Escasso interesse da comunidade académica sobre a Transparência e Prestação de Contas nos Fundos comunitários, é sintomático de uma falta de pensamento sistémico com base científica sobre as formas de governação dos fundos comunitários

A reflexão sobre



Não se deve circunscrever ao atual momento político, nem a responsabilidade ser exclusivamente atribuída aos decisores políticos



O que nos diz a Literatura ?



Contribuições:

- Confiança e legitimidade do exercício da autoridade
- Reforço dos processos democráticos
- Prevenir a concentração e o abuso de Poder
- Aumentar a capacidade de aprendizagem institucional e melhoria da governação

Problemas:

- Colisão com privacidade e segurança
- Contribuir para cultura de suspeição
- Perdas de eficiência
- Redução de inovação
- Definição de objetivos contraditórios

O que nos diz a Literatura ?



a Transparência não é condição suficiente para Prestação de Contas



a relação entre

Contribuições

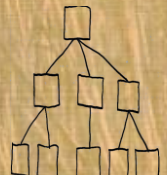
&

Problemas

não é linear



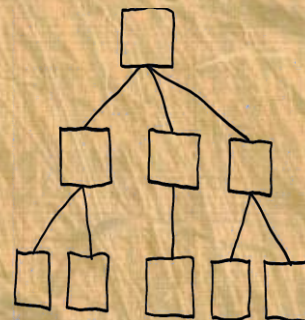
associam-se a diferentes tipos de Mentalidade





Mentalidade Fatalista

- Os cidadãos são tidos como passivos e não confiam nas instituições de governação.
- O escrutínio público é casuístico e desnecessário pois não são expectáveis efeitos corretivos sobre os problemas



Mentalidade Hierárquica

- deve ser regulado por entidades que definem as regras apropriadas de governação.
- O escrutínio público deve ser feito apenas a essas entidades

Mentalidade Individualista

- Só cada cidadão pode e deve resolver os seus problemas.
- disponibilização de informação e questionamento das entidades deve limitar-se à concretização dos interesses individuais



Mentalidade Igualitária

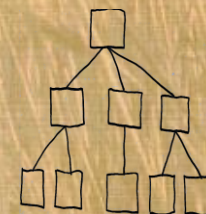
- deve ser regulado por entidades que definem as regras apropriadas de governação.
- O escrutínio público deve ser feito apenas a essas entidades



Pode-se então argumentar que as relações entre a
Transparência e Prestação de Contas podem levar
à indignação ou à resignação dos cidadãos



e fomentar uma Mentalidade concordante com as
Expectativas





Nível de
Coordenação Política

Nível de
Acompanhamento

Nível de
Coordenação Técnica

Nível de
Auditoria e Controlo



Disseminação de
Informação

Questionamento e
Resposta Institucional

Acesso a Informação

Nível de
Coordenação Política

Nível de
Acompanhamento

Nível de
Coordenação Técnica

Nível de
Auditoria e Controle

- Nível de coordenação política assegurado pela Comissão Interministerial (CI)
- Nenhuma referência sobre a sua articulação e os restantes órgãos de soberania.
- A falta de previsibilidade sobre debates suscitará a ideia que os mesmos são casuísticos e que a implementação do PRR não será escrutinada de forma cíclica.
- Ao nível de acompanhamento da implementação assegurado pela Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA)
- A falta de meios efetivos que suportem os elementos que compõe a CNA e a ausência de detalhe na sua atuação pode criar expectativas nos cidadãos de que a CNA se trata de mais um organismo formal,.

Nível de
Coordenação Política

Nível de
Acompanhamento

Nível de
Coordenação Técnica

Nível de
Auditoria e Controle

- 1) Que perspectiva se poderia ter sobre a relação entre estes órgãos e os seus públicos e em que medida se deve seguir um modelo assente na prestação de contas a entidades reguladoras e judiciais (hierárquica), apresentada aos cidadãos específicos em função das suas necessidades (individualista) ou a disponibilização mais geral sem que sejam determinados os motivos (igualitário)?
- 2) Que aspetos específicos se poderiam sugerir para concretizar as formas de Transparência e Prestação de Contas destas entidades

Nível de
Coordenação Política

Nível de
Acompanhamento

Nível de
Coordenação Técnica

Nível de
Auditoria e Controlo

- O nível da coordenação técnica e de monitorização assegurado pela estrutura de missão “Recuperar Portugal”
- A prestação de contas ocorrerá sobretudo ao nível institucional, nomeadamente com a Comissão Europeia e com as Autoridades de Gestão, com a CI, CNA e CAC.
- A periodicidade dos relatórios encontra-se explicitada, bem como a obrigatoriedade de resposta a às solicitações às outras entidades
- O Nível da Auditoria e Controlo é assegurado pela Comissão de Auditoria e Controlo (CAC)
- Não possui recursos próprios estando dependente da Recuperar Portugal

Nível de
Coordenação Política

Nível de
Acompanhamento

Nível de
Coordenação Técnica

Nível de
Auditoria e Controlo

- 3) Será que o reporte da atividade da missão “Recuperar Portugal” deve apenas ser conhecido das entidades legalmente previstas ou deverá ser mais abrangente?
- 4) Que outros públicos poderão ter acesso à informação prestada e que outras entidades intermediárias poderão existir para tornar acessível a informação contida nos relatórios técnicos e de que forma poderá ocorrer essa divulgação?
- 5) De que forma se poderá aumentar a independência da CAC e criar condições para que a sua ação seja eficaz?

Disseminação de
Informação

Questionamento e
Resposta Institucional

Acesso a Informação

- Tendência para se produzirem relatórios finais, mas escassa informação intermédia, que permita aos beneficiários e aos cidadãos avaliarem como os diferentes Programas Operacionais que estão a ser executados.
- Falta de indicadores que permitam uma avaliação da execução dos programas

Disseminação de
Informação

Questionamento e
Resposta Institucional

Acesso a Informação

- 6) Será pertinente a divulgação cíclica do desempenho da execução dos fundos e do grau de realização dos objetivos propostos para cada componente do PRR?
- 7) Se considerado pertinente, quem deverá assumir essa responsabilidade, sobre que formas deverá ser disponibilizado e quais os principais públicos-alvo?
- 8) Quais as entidades que poderão ser envolvidas e que processos poderão ser adotados para serem criados indicadores de desempenho orientados para os resultados?

Disseminação de
Informação

Questionamento e
Resposta Institucional

Acesso a Informação

- Razões que levaram à não completa execução dos fundos anteriores apontam para:
 - complexidade/morosidade do processo de designação da AGs;
 - problemas nas definições dos sistemas de informação;
 - falta de regulamentação e orientações ao nível central;
 - atrasos nas aprovações orçamentais entre outros.
- A sua exposição atempada permitiria a sua resolução

Disseminação de
Informação

Questionamento e
Resposta Institucional

Acesso a Informação

- 9) De que formas se poderão conhecer as ineficiências dos próprios processos de aprovação de candidaturas, aprovação de financiamentos e acompanhamento da implementação?
- 10) Como se poderão questionar as diferentes entidades sobre as suas possíveis ineficiências?
- 11) Que consequências se podem esperar na deteção das possíveis ineficiências?

Disseminação de
Informação

Questionamento e
Resposta Institucional

Acesso a Informação

- o Portal Mais Transparência permite o escrutínio público
- Ainda falta alguma informação, como seja:
 - a calendarização e grau de realização,
 - os objetivos e grau de cumprimento,
 - os detentores,
 - os beneficiários efetivos,
 - parceiros e fornecedores
- Esta informação em falta dificulta a cabal avaliação dos diferentes projetos

Disseminação de
Informação

Questionamento e
Resposta Institucional

Acesso a Informação

- 12) Que iniciativas poderão ser empreendidas para que o Portal Mais Transparência tenha informação mais completa e com processos de filtragem mais específicos?
- 13) Que entidades poderão assumir um papel de verificador mais sistemático da informação disponibilizada?



VS.



Nem a eficácia dos fundos se faz através de uma gestão pouco participada, nem o seu escrutínio público é impeditivo da boa gestão.

Pelo contrário, é precisamente através do conhecimento atempado do que irá ocorrendo que se poderá agir em tempo útil.



Obrigado !

ipps_iscte
Melhores Políticas
Públicas



FÓRUM
POLÍTICAS
PÚBLICAS 2021